

15. Instrumentos financeiros - a) Classificação contábil: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

| | Valor justo por meio do resultado | | Ativo mensurado ao custo amortizado | | Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado | |
|------------------------------------|-----------------------------------|---------------|-------------------------------------|----------------|---|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 18.309 | 10.884 | 10.127 | - | - |
| Contas a receber | 7 | - | 184.297 | 259.263 | - | - |
| Ativos financeiros | 13 | 18.309 | 195.181 | 269.390 | - | - |
| Fornecedores | 9 | - | - | - | 4.704 | 7.888 |
| Financiamentos e arrendamentos (*) | 10 | - | - | - | 84.689 | 119.826 |
| Passivos financeiros | | | | | 89.393 | 127.714 |

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo. b) Mensuração do valor justo: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021. c) Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. i) Estrutura do gerenciamento de risco: A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber:** O risco de crédito de cliente da Companhia é mitigado em função do contrato de Parceria Público Privada com a SABESP e a inexistência de histórico de inadimplência do cliente que possui credibilidade no mercado. Anualmente, a SABESP contrata a agência de avaliação de crédito e em maio de 2021 foi emitido Fitch Rating nacional a longo prazo AAA (bra), o qual reflete a capacidade desse cliente em honrar de forma pontual e integral com o pagamento da remuneração mensal devida pelo contrato de Parceria Público Privada. **Caixa e equivalentes de caixa:** O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | Nota | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 29.193 | 13.039 |
| Contas a receber (*) | 7 | 184.297 | 259.106 |
| Circulante | | 125.057 | 121.314 |
| Não circulante | | 88.433 | 150.831 |
| Total | | 213.490 | 272.145 |

(*) Não foi considerado o montante referente aos adiantamentos. iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

| | Nota | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|------|---------------|----------------|
| Financiamentos e arrendamentos (*) | 10 | 84.689 | 119.826 |
| Fornecedores | 9 | 4.704 | 7.888 |
| Circulante | | 43.707 | 44.224 |
| Não circulante | | 45.686 | 83.490 |
| Total | | 89.393 | 127.714 |

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

| | 31 de dezembro de 2021 | Valor contábil | caixa | 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 36 meses | 37 a 48 meses |
|--------------------------------|------------------------|----------------|--------|----------|---------------|---------------|---------------|
| Financiamentos e arrendamentos | 84.689 | 95.416 | 46.653 | 44.849 | 3.914 | - | - |
| Fornecedores | 4.704 | 4.704 | 4.704 | - | - | - | - |

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

| Instrumentos | Exposição em 31/12/2021 | Risco | Provável | | Variação do índice em 25% | | Variação do índice em 50% | |
|--|-------------------------|-------|----------|---------------|---------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
| | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 18.309 | CDI | 4,71 | 862 | 5,89 | 1.078 | 7,07 | 1.293 |
| Recebíveis de contratos de concessão | 166.147 | IPCA | 10,06 | 16.714 | 12,58 | 20.901 | 15,09 | 25.072 |
| Acordo de arbitragem a receber da SABESP | 18.170 | IPC | 0,57 | 104 | 0,71 | 129 | 0,86 | 156 |
| Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Financiamentos | (83.993) | TJPL | 5,32 | (4.468) | 6,65 | (5.586) | 7,98 | (6.703) |
| Total líquido dos ativos e passivos financeiros | | | | 13.212 | | 16.522 | | 19.818 |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | | | 3.310 |

Fontes: a) informação do CDI e IPC foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, a informação do IPCA foi extraído do relatório do IBGE na data-base de 31 de dezembro de 2021 e a TJPL utilizada para o período de 2021.

16. Imposto de renda e contribuição social diferido: Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

| | Ativo | | Passivo | | Resultado | |
|--|---------|---------|---------------|---------------|---------------|------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | | | |
| Custos de transação dos financiamentos | - | - | 31 | 64 | 33 | 42 |
| Contas a receber líquido - contrato de concessão | - | - | 22.647 | 35.830 | 13.183 | 5.158 |
| Contas a receber - diferimento de venda para órgão público | - | - | 5.656 | 7.398 | 1.742 | (5.672) |
| Ajuste a valor presente arbitragem SABESP | 1.179 | 1.344 | - | - | (165) | 1.344 |
| Outras diferenças temporárias | 440 | 944 | - | - | (505) | 55 |
| | 1.619 | 2.288 | 28.334 | 43.292 | 14.288 | 927 |
| Compensação (*) | (1.619) | (2.288) | (1.619) | (2.288) | - | - |
| Total | | | 26.715 | 41.004 | 14.288 | 927 |

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na

elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade. • de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 3 de fevereiro de 2022.

20. Partes relacionadas - a) Controladora: A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras. b) **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** Os diretores são as pessoas chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas administrativas e gerais". Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Remuneração da diretoria | 2.078 | 2.096 |
| Participação nos lucros e resultados | 1.069 | 994 |
| Benefícios diretos e indiretos | 115 | 116 |
| Total | 3.262 | 3.206 |

c) **Outras transações com partes relacionadas:** Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

| | Ativo | | Passivo | | Resultado | |
|---|-------|--------------|------------|---------------|----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Centro de soluções compartilhadas - CSC | (a) | - | - | - | (2.544) | (2.482) |
| Repasse de recursos e custos - CSC | (b) | 238 | 131 | - | 74 | (220) |
| Financiamentos - BNDES | (c) | - | 83.993 | 119.797 | (7.794) | (9.600) |
| Conta corrente | (d) | 3.210 | - | - | - | - |
| Outros | | - | - | 119 | (9) | - |
| Circulante | | 238 | 235 | 38.923 | 36.307 | (10.273) |
| Não circulante | | 3.210 | - | 45.201 | 83.609 | - |
| Total | | 3.448 | 235 | 84.124 | 119.916 | (10.273) |

(a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio. (b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e sua controladora. (c) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na Nota Explicativa nº 10. (d) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e a sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocos, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente. d) **Dividendos e juros de capital próprio a pagar:** Em 01 de abril de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi realizada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.315 proveniente do saldo de reserva de lucros. Em 26 de julho de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi realizada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$3.600 provenientes do saldo de lucros acumulados. Em 30 de setembro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi realizada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.226. Em dezembro, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi realizada a distribuição de juros sobre o capital, sendo R\$ 1.337 em 20 de dezembro de 2021 e R\$ 3.500 em 30 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 4.837. Dessa forma, a Companhia possui o montante de R\$1.057 a pagar em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.425 em 31 de dezembro de 2020) à controladora.

21. Cobertura de seguros: A Companhia tem contratado cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

22. Compromissos: Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp em 2 de março de 2009. A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar.

| Presidente do Grupo | | Diretoria | | Contador | |
|---|---------------------------------------|---------------|------------------------|--|--|
| Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão | Paula Alessandra Bonin Costa Violante | Mateus Banaco | Mirian Guillen Sampaio | Anderson da Costa CRC/SP nº 1 SP - 244592/O-1 | |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade. • de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 3 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Lazaro Angelim Serruya - Contador CRC-1DF015801/O-7.

